

## DA DINÂMICA DO CAPITAL À SUBORDINAÇÃO DA ECONOMIA GAÚCHA

*Enéas Costa de Souza\**

Um dos méritos de **A produção gaúcha na economia nacional**<sup>1</sup> é o de permitir uma discussão sobre dois pontos teóricos que se situam em planos diferentes. O primeiro abrange a visão e a concepção do sistema capitalista e o segundo, a compreensão e a definição da economia gaúcha. A resposta daquele condiciona este e tem uma importância interpretativa nítida, já que a análise da empiricidade dos fatos econômicos regionais depende da posição geral adotada.

Antes de mais nada, a questão referente ao sistema tem um grau de abstração que possibilita o acesso ao entendimento de qualquer economia capitalista. Enquanto a outra, mais próxima do concreto, emerge da relação da teoria com a realidade, celebrando a prioridade do real sobre o pensamento econômico. E é aí, neste vácuo entre o teórico e o empírico, que se prova a correção do teórico. Os jogos são ganhos neste campo.

O problema mais grave do trabalho em exame está na sua concepção do capitalismo, pensado como um processo de concorrência intercapitalista, onde a economia é a soma dos setores. Os capitais unificados pela intensa luta intra e intersetorial são considerados no tempo e no espaço, disputando avidamente o sobrelucro — potência da acumulação e da expansão. O acento analítico recai, portanto, no conceito de processo. E tanto engloba a interação das unidades econômicas quanto materializa os princípios e as leis do capitalismo (lei de acumulação, lei de aumento da produtividade do trabalho, lei da concentração de capitais, lei do padrão cíclico de flutuação da atividade econômica).<sup>2</sup> Estas leis dão origem a movimentos fundamentais e brotam como efeitos das relações de produção, fonte das três contradições básicas do capitalismo (“a relação social trabalhadores-capitalistas”, “a relação entre

---

\* Economista da FEE, Professor da UNISINOS.

<sup>1</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Proposta teórica e análise da indústria. In: ———. **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**. Porto Alegre, 1983. t. I.

<sup>2</sup> Curiosamente, dada a vertente ortodoxa do trabalho, não são citadas nem a lei da perequação da taxa de lucro — embora usada — nem a lei de tendência da taxa declinante de lucro.

produtores privados e autônomos de mercadorias em um mesmo setor de atividade”, “a relação que as unidades de capital estabelecem entre si ao pertencerem a diversos ramos de produção”)<sup>3</sup>.

Dizer que o maior problema do trabalho está na concepção de capitalismo é o mesmo que dizer que ele está situado no plano da dinâmica, pois essa se reduz à noção de processo intercapitalista, descrito no parágrafo anterior. Na verdade, cabe esclarecer: para nós, a dinâmica capitalista começa, teoricamente, pela dinâmica geral do capital. Diríamos pela dinâmica do sujeito capital. Logo, o que move uma economia é a relação do capital consigo mesmo no seu movimento de expansão, no compromisso que tem com ele próprio na busca do valor pelo valor, na busca do mais valor, que faz dele o sujeito do processo. A dinâmica — e qualquer aspecto desta dinâmica, portanto necessariamente o processo de concorrência intercapitalista — só pode ser entendida se parte dessa concepção de movimento. Ela dá a ordem lógica dos conceitos, sua posição, sua hierarquia, suas conexões, seus desdobramentos, suas leis, etc. É a dinâmica do capital que define a apropriação do valor, transmutando a lei do valor trabalho em lei de valorização do capital. É a dinâmica do capital que promove a necessidade de compreensão de que a reprodução da sociedade capitalista passa pela distribuição da produção do valor em dois departamentos básicos, o de meio de produção e o de meios de consumo. É ainda a dinâmica do capital que, ao fazer a conexão entre esses dois departamentos, permite hierarquizá-los, colocando o primeiro como setor fundamental, já que é ele que define a constituição plena do capitalismo, quando o capital subordina realmente o trabalho. Nesse sentido, a noção de dinâmica envolve conexão interdepar-

---

<sup>3</sup> A teoria do capitalismo, sendo o desdobramento conceitual das categorias que explicam esse modo de produção, tem dois planos de realidade: o conteúdo, aquele das relações de produção, e o formal, expressão destas relações. Na exposição teórica do desenvolvimento das formas, são tratados três níveis, a começar pelo aspecto mercantil — a compra e a venda — onde ocorre a demonstração da gênese do dinheiro. E prossegue num segundo nível com o espaço conceitual da mercantilização da força de trabalho, o que nos conduz à questão das relações de produção capitalistas. Da concorrência intercapitalista trata o terceiro, que permite a contemplação de diversos tipos de relações sociais entre as frações de capital, como, por exemplo, a relação entre os capitais industriais, ou a relação entre o capital industrial e o capital bancário, etc. Assim, a análise teórica das formas econômicas tem como base as relações sociais de produção mercantil, capitalista e intercapitalista, e é nesse sentido que se diz: a forma é expressão de um determinado conteúdo.

No trabalho **A produção gaúcha na economia nacional**, o corte das relações de produção não teoriza o nível mercantil e confere luminosidade analítica apenas às relações capitalistas e intercapitalistas — nestas somente às relações industriais. Desse modo, a complexidade do capitalismo, na sua dimensão mercantil, produtiva, concorrencial e financeira, se restringe ao âmbito produtivo e concorrencial. Ou seja, a análise teórica proposta pelo texto em discussão clarifica sombreando aspectos. Essas nuances de inteligibilidade, obviamente, não impediriam a análise da economia gaúcha sob o aspecto da concorrência intercapitalista. Apenas chamamos a atenção para esses bloqueios, esses esquecimentos na montagem da lógica do capital e na concepção do capitalismo que alteram a interpretação de uma economia concreta.

tamental, as suas transformações (a divisão do departamento de meios de consumo em dois), a hierarquia dos departamentos produtivos, bem como a subordinação dos setores, gêneros e ramos ao movimento das relações departamentais.

O processo de concorrência intercapitalista, portanto, teria que estar na sequência da cadeia de mediações<sup>4</sup>; só nela encontraria a sua razão de ser. Desse modo, o processo de concorrência intercapitalista conteria e expressaria a teoria do capital como forma de organizar a compreensão do próprio processo de concorrência. É a dinâmica do capital que dá sentido teórico e posiciona as formas econômicas das relações de produção intercapitalistas. E, na transição para a inteligência de uma realidade concreta, a sua omissão implica cair na armadilha neoclássica em que **A produção gaúcha na economia nacional** não quis cair: deixar a dinâmica do capital para tratar da concorrência dos mercados. Vem dessa queda a impossibilidade de entender a monopolização do capital. Considera que se trata de mercado, quando se trata de centralização. Discute a oligopolização como se fosse uma forma alternativa de concorrência imperfeita. O que está em jogo, no entanto, são as formas de capital e suas alterações, que propiciam as mudanças do capitalismo moderno. Por isso, reiteramos: o processo de concorrência intercapitalista é, antes de mais nada, dinâmica do capital, processo de desenvolvimento do valor, do valor capital.

Ora, isto assim, visto pela ótica desse movimento, muda tudo. Introduce-se o tempo como história. Abandona-se a idéia de que ele é passagem de um ponto a outro, chega-se à concepção de que no desenvolvimento da produção emergem mudanças qualitativas. Isto quer dizer que a história, para nós, tem etapas, estágios, ou seja, o capitalismo se altera e não é mais aquele. É sempre capitalismo, mas sempre **outro** capitalismo. Para **A produção gaúcha na economia nacional**, no entanto, ele é sempre o mesmo, as aparências se transformam, mas o processo não sofre metamorfoses. É uma economia que se reitera continuamente. Filosoficamente, propugna por um capitalismo da identidade; as diferenças, as não-identidades, somem, desaparecem num capitalismo **para sempre** já explicado. Por isso, na sua dinâmica, apenas o aspecto tecnológico (a produtividade do trabalho) tem sua vez teórica nessa obra. Porém a monopolização do capital, o caráter financeiro da economia

---

<sup>4</sup> A cadeia lógica de determinação segue nesta ordem: dinâmica do capital, reprodução departamental, concorrência intercapitalista, mercados. Dessa maneira, o esquema proposto por **A produção gaúcha na economia nacional** procura trabalhar sobre o terceiro aspecto, caindo, no entanto, para tratar o derradeiro. Baseia sua idéia de dinâmica na interação das unidades de capital. Se olharmos bem, alcança um êxito: rompe com a concepção tradicional de mercados, aquela da teoria neoclássica e marginalista. Exatamente porque, agora, aparece a disputa dos concorrentes por fatias e parcelas maiores do mercado. Essa representação culmina por devassar o caráter estático e isolado da concepção citada. É verdade que trabalha ainda com mercados parciais e propõe a economia como soma de mercados, regulada a sua competitividade pela taxa de lucro médio. O neoclassicismo é superado; mas o que fica a dever é muito: a totalidade das relações entre os mercados, a sua ordenação em departamentos hierarquizados pelo caráter prioritário dos meios de produção e o sentido da economia dado pelo movimento do capital.

contemporânea, a incorporação do estado são aliados do movimento do capital. Relegados a uma noite teórica. O estado, por exemplo, entra como um ente arbitrário, ou seja, dele é excluído — é impossível negar — o sentido de árbitro de barganhas e negociações das relações de produção; fica escolhida a sua face caprichosa e casuística, “elemento de intervenção relativamente arbitrária”. Das transformações do capitalismo individual (o das “unidades econômicas capitalistas”) na direção do capitalismo das sociedades anônimas — que constituem os pontos fundamentais da realidade moderna da valorização, como a separação da propriedade e da direção do capital, como a distinção de uma área das finanças da esfera da produção, como a constituição de uma mesma coordenação financeira para diversos capitais, quer industriais, bancários, comerciais, ou agrários, formando o que Maria da Conceição Tavares chama de “blocos de capital” — silêncio absoluto.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Pausa para um comentário pessoal: a pedagogia do texto **A produção gaúcha na economia nacional** — e ele se propõe a ensinar — recolhe o som da economia clássica e se aferra firmemente a ela como a um magistério bíblico. Sem contar que a história caminhou, a palavra revelada talvez não contenha a voz de Deus. Para nós, pouco importa, somos desgarrados: keynesianos, kaleckianos, schumpeterianos, cepalinos, estruturalistas, funcionalistas. Aceitamos todos os motes desprezivos, até mesmo o de neoclássicos. Por isso, cabe divergir de uma crítica sumária do texto que analisamos, sua iconoclastia do ecletismo teórico. Ora, o ecletismo, inclusive aquele presente no pensamento econômico brasileiro — veja-se Furtado, Rangel, Conceição, etc. — surge diante da renovação do real e das surpresas e transmutações do capitalismo. Essa atitude está em perceber que nenhuma teoria sobre o capitalismo atende integralmente ao que acontece. Significa o ecletismo, na verdade, a teoria viva, capaz de fazer com que uma determinada concepção sofra modificações, supressões, acréscimos no diálogo/confronto com outras interpretações e com a história. Não defendemos aqui todo e qualquer ecletismo; defendemos que nenhuma teoria é definitiva, pois o movimento do real impele ao movimento da teoria. Veja-se, no passado, o modo como Marx discute com os clássicos e até mesmo com a economia vulgar, procurando dialetizar os conceitos. Um exemplo nítido é a concepção de dinheiro como desenvolvimento da forma do valor, onde a crítica está sobretudo em Bailey e Ricardo. Veja-se Keynes dialogando com os neoclássicos, a sua aceitação e a sua crítica a Marshall, a Fischer, etc. Pode-se, ainda, ver Schumpeter navegando sua razão econômica entre os neoclássicos e Marx passando pela história da economia, como Marx já o fizera. Ou seja, o ecletismo significa capacidade de tentar entender o desenvolvimento do real, não estancando a criação teórica, construindo com vigor e sem dogmas a inteligibilidade do capitalismo. Aqui estamos também defendendo as posições de outros trabalhos da FEE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **A agricultura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1978. 104p. (25 Anos de Economia Gaúcha, 3); e FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1976. 157p. (25 Anos de Economia Gaúcha, 4).

Em tempo: o ecletismo parece ser, de fato, uma doença insidiosa, invisível e penetrante, pois já o vemos se infiltrar no purismo teórico do texto que criticamos. Ele está lá, aparentemente modesto, em segundo plano, mas está lá. Por exemplo, Steindl é empregado como anti-Steindl. Para quê? Para provar que o “mark-up” não funciona. No entanto, Steindl só pode ser entendido se todas as variáveis são ligadas ao processo de acumulação pensado dinamicamente. Por esquecimento desta relação, fica-se “no mark-up” e não se entende porque, no Rio Grande do Sul, graças ao endividamento, empresas do setor material de transporte, por exemplo, entraram com pedido de concordata.

Passamos agora a discutir a visão da economia rio-grandense. O que está em cena é tanto a concepção de **A produção gaúcha na economia nacional** sobre as atividades econômicas locais, quanto a crítica feita por ela ao conceito de subordinação empregado em **25 anos de economia gaúcha**.

**A produção gaúcha na economia nacional** define como seu objeto de análise a economia regional, entendida como extração da quota-parte que se faz da totalidade brasileira. Apesar de o trabalho distinguir o termo totalidade, o que está pensado nele é a soma, já que totalidade é, para ele, soma de quotas-partes. O todo escapa; nada é mais grave na aproximação analítica do Rio Grande do Sul, porque, esvaindo o todo, perde-se a síntese. Assim, o equívoco começa com essa idéia de quota-parte, onde separam-se o todo e a parte, deixados longe um do outro, sem contato e sem relação. E continua com o todo posto como soma, como aglutinações de economias contíguas, como se o todo não fosse algo além das partes e de sua soma. O todo é visto como inteiro que se divide em frações. Visão quantitativa, abandono da qualidade. Para usar a expressão de Carlos Drummond de Andrade, aqui está “o nervo exposto do problema”: a recusa do todo (ou a sua concepção como soma). Esta postura impede ver a dinâmica e a hierarquia, tanto da ordem conceitual no nível teórico, quanto do comportamento da economia gaúcha na economia brasileira. Assim, dentro desse entrelaçamento, é que se situa o conceito de subordinação — não confundir com o conceito de dependência —, que não pode ser percebido como uma relação entre duas partes: São Paulo e Rio Grande do Sul. Essa não é a questão; a questão está na subordinação do Rio Grande do Sul à economia brasileira, que eventualmente põe São Paulo hierarquizando-se ao nosso Estado, mas sabendo-se que aquele também está subordinado ao todo. O problema não é o centro hegemônico; a questão está na totalidade e na relação dela com as suas partes. Por isso que os chamados trabalhos da série **25 anos de economia gaúcha**, tanto o da indústria como o da agricultura, empregam a dinâmica do capital, a dinâmica interdepartamental e a subordinação da economia gaúcha à brasileira sob a hegemonia da totalidade, o que permite dizer que a economia regional como parte tem uma “desarticulação interna”, exatamente por sua vinculação ao todo.

Concretamente, o que quer significar essa subordinação da economia gaúcha? Significa que a economia brasileira determina as posições da indústria, da agricultura, do comércio e das finanças gaúchas nas suas estruturas produtivas e financeira, de tal modo que o processo de acumulação impõe funções aos setores regionais no desenvolvimento do capital. Isso não impede a livre expansão de um capital que surge por um processo de acumulação originário numa região. Apenas estamos pon-do a tônica do processo na determinação — e, por conseqüência, limitação — do crescimento de um capital estadual na expansão do capital no Brasil. A abertura para novos acréscimos além do limite é dada por uma fase expansiva do ciclo, pela dinâmica dos novos investimentos, o que cria espaços extras para que uma região se especialize. A especialização surge como alternativa para os capitais regionais, porém a sua condição de possibilidade vem da acumulação nacional.

Quando, partindo de esquemas departamentais, se definiu a economia gaúcha como desarticulada internamente, procurou-se mostrar que, na dinâmica do capital

no Brasil, o Rio Grande do Sul não se constitui numa economia independente, articulada por um movimento departamental próprio. A “desarticulação” prestava conceitualmente um serviço: destacar o grau de autonomia da nossa estrutura produtiva. Caracterizava a sua impossibilidade de coerência dinâmica soberana, o que exprimia a desconexão interna como caráter principal. Não invalidava núcleos de acumulação, espaços interligados, como a agroindústria ligada à soja por exemplo. Com isso a subordinação explicava, de um lado, a direção da economia; de outro, punha em exame a fragmentação dos elos produtivos locais, dando a ver segmentos de produção contínuos e segmentos de produção discretos (ou com continuidade para o exterior do Estado). De qualquer maneira, há um elemento decisivo naquelas análises de **25 anos de economia gaúcha**: a utilização dos esquemas departamentais visavam também a romper com a idéia predominante de mercado e a lançar o conceito de cadeias produtivas, cuja amplitude de articulação daria uma maior ou menor interligação dos elementos da estrutura produtiva. A expansão do encadeamento departamental na região estaria condicionada pela abertura de novos espaços de valorização do capital, definida pelo seu movimento em ritmo nacional. Naturalmente, estamos longe da preponderância da concorrência capitalista inter-regional descrita através das esferas de atuação básica: “concorrência intra-ramo” e “concorrência entre vários setores de bens diferenciados”, porque este duplo campo, sendo derivado, encontra o seu pleno sentido na medida em que se acha inserido no movimento da totalidade. Deste provém a subordinação da economia gaúcha à brasileira e os limites da expansão daquela, determinando o volume dos estímulos de crescimento que têm maior dimensão e intensidade, por causa seja de suas conexões internas ou externas. Só a dinâmica do capital mediada pela dinâmica departamental pode permitir conceber os núcleos de acumulação num estado, pontos de conexão produtiva entre setores. Portanto, nos “25 anos de economia”, como se analisa ao nível da dinâmica estrutural, não se consideram os movimentos de empresas. A prioridade lógica não é do mercado e sim da estrutura da economia, ou seja, da forma como se dá, num espaço nacional, o movimento da produção social do valor. Essa concepção não prega nem o abandono, nem a diminuição da concorrência entre os capitais. Pelo contrário, a competição se torna mais aguda e acelerada, com outros modos de atritos: tecnologia, publicidade, acesso ao crédito, barreiras de entrada, etc. E mais, podemos ir além: a luta acirrada pela lucratividade e pela sobrevivência vai além dos conflitos entre unidades econômicas produtivas; toma-se o ponto central da disputa entre os blocos de capital.

## O Porquê da Controvérsia

A discussão que vimos fazendo nos leva à definição do texto discutido como um discurso polêmico, visando a um objetivo: impor ao referente, a economia gaúcha, uma correção interpretativa. Para tal se vale do que chama a economia clássica e do que considera a sua verdadeira interpretação. E com isso pretende alcançar um avanço no conhecimento do Rio Grande do Sul. Embora jurgue o conjunto das

obras publicadas sobre a economia do Estado, a sua proposta de análise tem como um dos interlocutores diretos, na própria FEE, os autores de **25 anos de economia gaúcha**. O discurso que se pretende polêmico adere à pedagogia e — curiosa pedagogia! — procura reformular o pensamento daqueles economistas. Dado o espaço exíguo que deixa aos seus leitores, não restam a estes senão dois caminhos: o apoio à nova verdade ou o combate teórico.

E o combate deve se referir, em primeiro lugar, ao arsenal teórico do texto. Sua economia clássica é uma visão ortodoxa e centrada na produtividade do trabalho incorporada na concepção de concorrência intercapitalista. Já mostramos a insuficiência dessa concepção; cabe agora precisar a natureza da carência. Ela advém, de um lado, da senda teórica onde se deflagrou esse tipo de abordagem, a New School, cuja luta se dá num contexto americano. A dita escola polarizou-se, num primeiro nível, no conflito com os neoclássicos e assemelhados quaisquer, o que promove a necessidade de impugnar, via concorrência intercapitalista, a discussão sobre mercados (concorrência perfeita, concorrência imperfeita, inclusive a teoria do oligopólio, monopólio). Aqui está a origem dum fantasma contra o qual combate **A produção gaúcha na economia nacional**, pois qualquer elemento da teoria do oligopólio, integrado em qualquer contexto, é sumariamente descartado, atacado. Já, num segundo nível, o combate da New School é contra os ricardianos e, em particular, Sraffa. Sem entrar nessa questão, nota-se que essas aproximações teóricas americanas e seus combates impedem os autores de **A produção gaúcha na economia nacional** de efetuarem uma verdadeira crítica sobre a economia brasileira e sobre a economia gaúcha. Nada contra adotar uma posição teórica e vir a discutir dentro do espaço teórico brasileiro e de seu subespaço, a economia gaúcha. Mas os **25 anos de economia gaúcha** trabalham em cima de, pelo menos, dois grandes temas: a dinâmica do capital e a dinâmica interdepartamental, e não sobre, especificamente, a concorrência intercapitalista, tema subordinado àqueles. Portanto não discutir estes temas é **não ver** a teoria que operou naqueles textos. Que fique claro: não há xenofobia alguma; apenas esperamos que se discuta o que se discute. Tentamos, é claro, fixar o transplante problemático e o porquê dos mal-entendidos do debate.

Avaliando assim toda a inserção de **A produção gaúcha na economia nacional**, depois de vistos o espaço que abre e sua proposta polêmica, acreditamos que existe um confronto interpretativo saudável, sobretudo na medida em que usamos o mesmo direito polêmico. Essa obra, consideradas a coerência e a intensidade da análise, segundo a linha seguida, se mostra, na verdade, como um recuo. Seria um Keynes à inversa? Seria um Keynes que querendo ser Keynes fosse Pigou<sup>6</sup>? Pois passou por

---

<sup>6</sup> “Assim, um dos maiores problemas enfrentados ao realizar-se a presente pesquisa foi, mantidas as devidas proporções, do mesmo tipo que o encontrado por Keynes ao elaborar a sua **Teoria geral**: a dificuldade não foi tanto desenvolver uma ‘nova’ concepção de análise, mas sim libertar-se dos cânones geralmente aceitos.” FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Análise da lavoura, da pecuária e conclusões gerais**. In: \_\_\_\_\_. **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**. Porto Alegre, 1983. t.II, p.393.

cima de toda uma problemática, se não quisesse as abordagens. E o que nos trouxe? Uma concepção ortodoxa do capitalismo, de um capitalismo onde tudo já foi teorizado, cuja essência desvelada deve ser aplicada ao real. As águas de Heráclito, sempre novas, “Não se pode descer duas vezes o mesmo rio . . .”, são refutadas nesse trabalho, pois não há nada de novo sob o sol do capitalismo.